



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 1 de 24

ANEXO I**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****TERMO DE REFERÊNCIA N.º 02/ 2015**

OBJETO	Aquisição de até 30 (trinta) fragmentadoras de papel para utilização nos setores demandantes do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme especificações e qualificações apresentadas, mediante sistema de registro de preços.
PROCESSO	35.039/2014
ESTIMATIVA	R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)
FORNECIMENTO	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO	MENOR PREÇO (GLOBAL)
RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:	
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Oswaldo Junqueira Vaz Júnior	TELEFONE: (61) 3314-2871 EMAIL: spc@tc.df.gov.br
EQUIPE TÉCNICA: Júlio Maurício Pinho Ribeiro Junior Juarez Cavalcante da Costa	TELEFONE: (61) 3314-2109 EMAIL: juliorjr@tc.df.gov.br juarezzc@tc.df.gov.br

Termo de Referência nº / 2014



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de **fragmentadora de papeis** para uso nas diversas áreas do TCDF que demonstraram interesse em dispor deste tipo de equipamento, mediante sistema de registro de preços.

1.1.1. **ITEM 1:** 30 (trinta) fragmentadoras de papel com capacidade mínima de 25 folhas por inserção.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A presente aquisição visa o atendimento das necessidades de diversas unidades deste Tribunal e decorre, especialmente, por revogação do Pregão Eletrônico nº45/2011 (Processo nº 6.551/2011), bem como, ainda, por determinação expressa do Despacho nº 92/2012 do Diretor-Geral de Administração.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de direito:

2.2.1.1. Conforme estabelecido no art. 70, da Resolução TCDF nº 273/2014, transcrito a seguir, é de competência do Serviço de Manutenção - SEMAN:

“IX – propor a aquisição de equipamentos ou sistemas que se justifiquem pelo aumento de produtividade dos serviços, pela utilidade ou pela diminuição de gastos operacionais;”

2.2.2. Razões de fato:

2.2.2.1. Aumento da segurança das informações que constem em processos sigilosos ou pessoais, com a eficiente e tempestiva eliminação dos documentos desses processos.



2.2.2.2. Com o descarte correto de documentos via fragmentação de papel, haverá uma melhora natural na separação de materiais para reciclagem. Fato que está alinhado às melhores práticas sustentáveis presentes atualmente.

2.2.2.3. Para fazer frente a essas necessidades, após análise da demanda atual, optou-se por realizar Registro de Preços para aquisição de até 30 (trinta) fragmentadoras de papel, sendo 15 (quinze) para aquisição imediata, acrescida de mais 15 (quinze) para eventual necessidade do tribunal não computada no momento.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Aumento na segurança das informações processuais com o devido descarte e fragmentação dos documentos de forma adequada.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1.1. Os objetos deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeito estado e condições de uso, entregues devidamente embalados e acompanhados de nota fiscal e deverão ser previamente testados e aprovados pela fiscalização do contrato.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 4 de 24

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
01	Unid.	30	<p>Fragmentadora de papel – mínimo 25 folhas</p> <ul style="list-style-type: none">• Número de folhas: capacidade mínima fragmentação de 25 folhas A4, gramatura 75g por inserção (simultaneamente);• Capacidade de fragmentação de grampos simples, cliques, cartões de crédito, CDs e DVDs;• Nível de Segurança P2 de acordo com norma DIN 66.399;• Tipo de fragmentação: tiras no tamanho máximo de 6 mm;• Velocidade de corte de no mínimo 5 m/min;• Abertura da fenda de inserção: mínima de 220mm;• Sensor automático de presença de papel;• Sistema de reversão manual OU automática;• Proteção contra sobrecarga;• Cesto de lixo com capacidade mínima de 30 litros;• Luz, alarme sonoro ou visor de indicação para lixo cheio;• Nível de ruído de acordo com a Lei Federal nº6514 e NBR 10152 e NB 95, de no máximo, 65 dB(A);• Voltagem - BIVOLT.• Potência do motor: mínima de 400 W;• Funcionamento contínuo, sem paradas para resfriamento do motor;• Todas as engrenagens metálicas e pentes raspadores metálicos;• Fornecer catálogo ou website que apresente as características do equipamento;• Certificado de qualidade e segurança emitido por

Termo de Referência nº / 2014



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 5 de 24

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
			entidade válida e reconhecida no Brasil, especializada em certificações e conformidades para equipamentos <ul style="list-style-type: none">• Garantia mínima de 12 meses.

4. MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO

4.1. DO MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO

4.1.1. Para fornecimento do objeto do presente instrumento, deverão ser observados os requisitos funcionais (especificações técnicas) estabelecidos no item 03 (três).

4.1.2. O fornecimento se dará de forma parcelada, tendo em vista o regime de Registro de Preços, após a celebração do contrato, indicando o quantitativo estimado pela licitante vencedora.

4.2. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços ou aquisição de bens, para contratações futuras (art. 15 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 2º, inciso I do Decreto Distrital nº 34.509/2013).

4.2.2. Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro de preços mediante Ata de Registro de Preços (ARP), a ser firmada entre o(s) licitante(s) vencedor(es) e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), na forma da minuta, observadas as seguintes condições:



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 6 de 24

- 4.2.2.1. Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação do certame (art. 12, inciso I e § 1º do Decreto Distrital nº 34.509/2013), com o objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata por cancelamento de seu registro;
- 4.2.2.2. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal, Comprasnet, durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 4.2.2.3. A ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 4.2.3. Serão registrados na Ata de Registro de Preços (ARP), nesta ordem:
- 4.2.3.1. Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
- 4.2.3.2. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.
- 4.2.3.2.1. Se houver mais de um licitante na situação acima descrita, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 4.2.4. A aplicação do disposto nos subitens 4.2.2.1 e 4.2.3.2 dependerá da implementação da funcionalidade no portal Comprasnet.
- 4.2.5. A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.
- 4.2.6. Observado o item anterior, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) convocará o primeiro licitante classificado e, se for o caso, os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço da primeira, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos, para assinatura da ARP, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de notificação da convocação.
- 4.2.7. O TCDF convocará formalmente o licitante classificado, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da ARP.



4.2.8. O prazo para que o licitante classificado compareça, após ser convocado, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

4.2.9. No caso de o licitante, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a ARP, ou ainda quando o licitante vencedor não apresentar situação regular conforme condições exigidas na habilitação, no ato da assinatura da ARP, sem prejuízo das punições previstas em lei e neste Termo de Referência, o pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, convocar os licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.2.10. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições (art. 15, §4º da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 17 do Decreto Distrital nº 34.509 /13).

4.3. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.3.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, sendo seu extrato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, a expensas do TCDF.

4.3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 (art. 13, §1º do Decreto Distrital nº 34.509/13).

4.4. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS:

4.4.1. O Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, localizado no Lote Municipal n. 4, Praça do Buriti, CEP 70075-901, Brasília-DF, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

4.4.2. Fica vedada, desde já, a utilização da Ata de Registro de Preço por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame (art. 10, inciso III do Decreto Distrital nº 34.509/13).



4.5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.5.1. O Serviço de Licitação (SELIC) e o Serviço de Manutenção (SEMAN) dentro de suas competências, estabelecidas pela Resolução TCDF nº 273/14, serão as unidades responsáveis pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preço decorrentes desta licitação.

4.5.2. A convocação do fornecedor beneficiário pelo Contratante será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para assinatura do instrumento contratual nos termos do item 4.9.

4.5.3. O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não assinar o contrato de fornecimento ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste instrumento, bem como ao cancelamento de seu registro.

4.5.4. Quando comprovada a hipótese acima, a Contratante poderá convocar os demais fornecedores registrados, observada a ordem de classificação e as condições de fornecimento.

4.6. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

4.6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados.

4.6.2. No caso previsto no item 4.6.1, cabe ao órgão gerenciador promover as negociações com aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se o seguinte:

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.



4.6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

c) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços e adotar as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

4.7.1. O fornecedor beneficiário terá seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

4.7.2. a pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/ contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

4.7.3. por iniciativa do TCDF, quando:

a) o fornecedor beneficiário não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

b) o fornecedor perder qualquer condição de habilitação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

e) o fornecedor não comparecer ou se recusar a assinar o(s) contrato(s) de fornecimento decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;



g) o fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

4.7.4. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) por decurso do prazo de vigência;
- b) quando não restarem quantitativos/ fornecedores registrados.

4.8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO REGISTRO DE PREÇOS:

4.8.1. Nos termos do art. 48, II da Lei nº 8.666/93, os preços unitários máximos por item a serem aceitos são os constantes do Anexo II.

4.9. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE:

4.9.1. As empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convocada(s) a formalizar a contratação de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

4.9.2. As contratações dos produtos registrados em ata resultante desta licitação serão efetuadas mediante contrato, em nome do fornecedor detentor do preço registrado, sem prejuízo das demais disposições constantes do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993.

4.9.3. O pedido mínimo para efeito de contratação será de 1 (uma) fragmentadora.

4.9.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após seu envio, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os demais licitantes registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.9.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste instrumento, sem anuência prévia da Contratante.

4.9.6. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei nº 8.666/93, este instrumento, o Edital, seus Anexos e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do contrato.



4.10. DO LOCAL DA ENTREGA

4.10.1. Os equipamentos deverão ser entregues na Seção de Material, sito na Praça do Buriti, Térreo do Edifício Anexo do TCDF, fones: (61) 3314-2247, fax - 33142267, no prazo de até 30 (trinta) dias contados após o recebimento da Nota de Empenho, no horário regimental do TCDF, compreendido de 11h as 19h.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.1.1. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

5.1.2. Prestar as devidas informações e os esclarecimentos à licitante.

5.1.3. Receber e testar o objeto no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

5.1.4. Atestar a Nota Fiscal/Fatura.

5.1.5. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do ajuste.

5.1.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto no Edital.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.2.1. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo TCDF;

5.2.2. Fornecer o objeto desta contratação, atendendo às especificações estabelecidas e a quantidade indicativa na Nota de Empenho.

5.2.3. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes ao atendimento desta contratação.

5.2.4. Ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do ajuste, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.



5.2.5. Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório em compatibilidade com as obrigações assumidas.

5.2.6. Não utilizar o nome do TCDF ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem prévia e expressa anuência deste TCDF.

5.2.7. Assumir a responsabilidade pelo transporte do material adquirido.

5.3. DA FISCALIZAÇÃO

5.3.1. A fiscalização e controle do objeto desse Instrumento serão exercidos por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos da Contratante, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 03, de 22.12.1997.

5.3.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes.

5.3.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

- 5.3.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do objeto contratado, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e
- 5.3.3.2. Sustar quaisquer serviços ou fornecimentos que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste instrumento, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens da Contratante.
- 5.3.3.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do objeto deverão ser autorizadas pela autoridade competente desse Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



5.4. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

5.4.1. O prazo de entrega dos produtos é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.4.2. O prazo de vigência do ajuste fica adstrito ao seu exercício financeiro, podendo ser prorrogado desde que as despesas a ele referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se a inscrição em restos a pagar.

5.4.3. Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, deverão ser mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

5.5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.5.1. O objeto contratado será recebido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo, após o decurso do prazo de até 10 (dez) dias de observação que comprove sua adequação aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

5.5.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite definitivo do objeto.

5.5.3. Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o não recebimento. O servidor ou comissão discriminará em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis.

5.5.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo o objeto impugnado à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

5.5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela



perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.6. DA GARANTIA DO FORNECIMENTO

5.6.1. Os equipamentos ofertados devem contar com garantia contra defeitos de fabricação de 12 meses e dispor de assistência técnica autorizada pelo fabricante do equipamento proposto preferencialmente na cidade de Brasília/DF.

5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.7.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE - descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.7.3. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/09 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/13, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.7.4. O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

5.7.5. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de



Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF), a Fazenda Pública Federal e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.7.6. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante.

5.7.7. Caso a Contratante não cumpra o prazo estipulado no item 5.7.1, pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7.8. Se a Contratada for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o(s) fornecimento(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.7.10. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/14, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede ou matriz econômica seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

5.8. DO REAJUSTE

5.8.1. O valor do objeto desta licitação é fixo e irredutível.



5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

5.10. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela Contratada será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as partes.

6. ESTIMATIVA DE PREÇO

6.1. O valor estimado para o objeto da presente contratação é de R\$ R\$ **99.000,00** (noventa e nove mil reais) para a aquisição de até 30 (**trinta**) **fragmentadoras**, conforme detalhado na planilha estimativa de preços constante do Anexo II.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto neste Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7.2. O Serviço de Orçamento do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária do serviço.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos,



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 17 de 24

sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no instrumento de ajuste e disposições legais.

- 8.2. A Contratante poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.
- 8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com a multa administrativa.
- 8.4. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% por dia de atraso sobre o custo do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.
- 8.5. As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.
- 8.6. Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total da contratação.
- 8.7. No caso de aplicação de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste Capítulo.
- 8.8. As multas tratadas neste item serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Contratante, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente da Contratante ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho (NE) no prazo de 5 (cinco) dias úteis após seu envio, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.



9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de MENOR PREÇO para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Instrumento.

9.1.2. Os objetos a serem adquiridos, enquadram-se na categoria de bem comum, nos termos da Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontrada no mercado, podendo, portanto, ser adquirido através de Pregão Eletrônico.

9.1.3. O preço cotado deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo fornecedor.

9.1.4. A presente contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) tendo em vista à adequação desse sistema para a aquisição de bens com impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado pela Administração, nos termos do art. 3º, inciso IV do Decreto Distrital nº 34.509/13.

9.2. HABILITAÇÃO

9.2.1. Além da habilitação parcial, por meio do SICAF, a PROPONENTE deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.1.2. Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.3. DA ADEQUABILIDADE DO OBJETO OFERTADO



9.3.1. A Contratada será convocada a apresentar folders, catálogos ou fotos dos produtos oferecidos ou, ainda, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado.

9.3.2. A comprovação das características do objeto ofertado será feita com base em:

- 9.3.2.1. Proposta técnica;
- 9.3.2.2. Folheto(s) e/ou folder(es) técnico(s) do fabricante;
- 9.3.2.3. Informações obtidas no site do fabricante na Internet;
- 9.3.2.4. Amostra eventualmente fornecida, a critério da licitante.

9.3.3. Em caso de divergência(s), prevalecerão, em primeiro lugar, as informações obtidas com a amostra eventualmente fornecida, a critério da licitante; em segundo lugar, por informações fornecidas pelo fabricante, por carta ou e-mail; em terceiro lugar, aquelas obtidas no site do fabricante na Internet; finalmente, por meio de folheto(s) e/ou folders técnico(s) do fabricante.

9.3.4. Será rejeitado o objeto proposto que:

9.3.5. Apresentar divergência em relação às especificações técnicas;

9.3.6. Apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso, após a entrega do produto, ou na amostra eventualmente fornecida, a critério do Contratante;

9.3.7. Apresentar indícios de remanufatura.

10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. As disposições constantes neste instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

- 10.1.1. Lei nº 8.666/1993;
- 10.1.2. Lei nº 10.520/2002; e
- 10.1.3. Resolução TCDF nº 273/2014.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 20 de 24

11. PREÇO MÉDIO ESTIMADO

- 11.1. O preço médio estimado foi obtido por meio da média de 3 propostas de empresas que atuam no mercado de fragmentadoras. Todas as propostas constam no processo de contratação.

ORÇAMENTO ESTIMATIVO DE PREÇOS- CONTRATAÇÃO DE FRAGMENTADORAS									
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALORES ORÇADOS						
			Empresa	Fragcenter	Newton Comercio	Prosperar			
			CNPJ	12.353.625/0001-16	02.596.904/0001-57	17.249.819/0001-90	MEDIANA	MÉDIA	TOTAL
1	30	Aquisição de até 30 (trinta) fragmentadoras de papel para utilização nos setores demandantes do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme especificações e qualificações apresentadas, mediante sistema de registro de	MEVOR PREÇO VENCEDOR	R\$ 2.980,00	R\$ 4.146,00	R\$ 3.300,00	R\$ 3.300,00	R\$ 3.475,33	R\$ 99.000,00
VALOR TOTAL									R\$ 99.000,00

12. ANEXOS

- 12.1. ANEXO II – Estimativa de Preços;
12.2. ANEXO III – Modelo de Proposta.

13. DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

- 13.1. São responsáveis pelo projeto o Chefe do Serviço de Manutenção (SEMAN) e o Supervisor de Planejamento da Contratação (SPC).

Serviço de Manutenção Chefe	Supervisão de Planejamento da Contratação Supervisor

Termo de Referência nº / 2014



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 21 de 24

ANEXO II ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VLR UNIT (MEDIANA)	VLR TOTAL
01	UN.	30	<p>Fragmentadora de papel – mínimo 25 folhas</p> <ul style="list-style-type: none">• Número de folhas: capacidade mínima fragmentação de 25 folhas A4, gramatura 75g por inserção (simultaneamente);• Capacidade de fragmentação de grampos simples, cliques, cartões de crédito, CDs e DVDs;• Nível de Segurança P2 de acordo com norma DIN 66.399;• Tipo de fragmentação: tiras no tamanho máximo de 6mm;• Velocidade de corte de no mínimo 5 m/min;• Abertura da fenda de inserção: mínima de 220mm;• Sensor automático de presença de papel;• Sistema de reversão manual OU automática;• Proteção contra sobrecarga;• Cesto de lixo com capacidade mínima de 30 litros;• Luz, alarme sonoro ou visor de indicação para lixo cheio;• Nível de ruído de acordo com a Lei Federal nº 6514 e NBR 10152 e NB 95, de no máximo, 65 dB(A);• Voltagem - BIVOLT.	3.300,00	99.000,00

Termo de Referência nº / 2014



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 22 de 24

			<ul style="list-style-type: none">• Potência do motor: mínima de 400 W;• Funcionamento contínuo, sem paradas para resfriamento do motor;• Todas as engrenagens metálicas e pentes raspadores metálicos;• Fornecer catálogo ou website que apresente as características do equipamento;• Certificado de qualidade e segurança emitido por entidade válida e reconhecida no Brasil, especializada em certificações e conformidades para equipamentos;• Garantia mínima de 12 meses.		
VALOR TOTAL					99.000,00



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 23 de 24

ANEXO III MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

[NOME DA LICITANTE], CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preços, para contratação de empresa especializada para o fornecimento de FRAGMENTADORA DE PAPEL, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	FRAGMENTADORA 25 FOLHAS - Número de folhas: capacidade mínima fragmentação de 25 folhas A4, gramatura 75g por inserção (simultaneamente); Capacidade de fragmentação de grampos simples, cliques, cartões de crédito, CDs e DVDs; Nível de Segurança P2 de acordo com norma DIN 66.399; Tipo de fragmentação: tiras no tamanho máximo de 6mm; Velocidade de corte de no mínimo 5 m/min; Abertura da fenda de inserção: mínima de 220mm; Sensor automático de presença de papel; Sistema de reversão manual ou automática; Proteção contra sobrecarga; Cesto de lixo com capacidade mínima de 30 litros; Luz, alarme sonoro ou visor de indicação para lixo cheio; Nível de ruído de acordo com a Lei Federal nº 6514 e NBR 10152 e NB 95, de no máximo, 65 dB(A); Voltagem BIVOLT. Potência do motor: mínima de 400 W; Funcionamento contínuo, sem paradas para resfriamento do motor; Todas as engrenagens metálicas e pentes raspadores metálicos; Fornecer catálogo ou website que apresente as características do equipamento; Certificado de qualidade e segurança emitido por entidade válida e reconhecida no Brasil, especializada em certificações e conformidades para equipamentos eletrônicos (INMETRO, CB e outras; Garantia mínima de 12 meses.	30	UND	(*)	(*)
TOTAL GERAL					XXXX

(*) Valor Total do Item a ser lançado no sistema do **Compras Governamentais**.

Prazo de entrega: 30(trinta) dias, após a entrega da Nota de Empenho.

Termo de Referência nº / 2014



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Serviço de Manutenção – SEMAN
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 24 de 24

Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias corridos da data de realização do certame.

Declaração: A (NOME DA LICITANTE) declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:

Termo de Referência nº / 2014